

A Dignidade da Pessoa Humana: um atributo comunicável da Trindade

Eraldo Alves Barboza¹⁵⁹

Resumo: A dignidade da pessoa humana, como pressuposto de sua semelhança com a Trindade, mostrou-se um atributo comunicável de Deus, mais que uma característica externa. Essa característica leva o cristão a entender a teologia trinitária e ter uma cosmovisão acerca de um Deus que existe como *três pessoas em uma essência*, em relacionamento dinâmico e profundo (Pericorese). Quando Deus criou Adão, ele também nos criou, nos dando a natureza que agora vivemos. Contudo, o homem não é somente uma criatura; é também uma pessoa que revela a imagem de Deus em relações interpessoais harmoniosas. Por isso, devemos meditar com cuidado sobre esse atributo de Deus, porque nossa atitude em relação aos outros mudará quando passarmos a compreender o amor divino pelo ser humano.

Palavras-Chave: Atributos; Trindade; Dignidade; Pessoa; Humana.

Abstract: The dignity of the human being as an assumption of his likeness to the Trinity has been revealed a communicable attribute of God more than an external characteristic. This characteristic leads the Christian to understand Trinitarian theology and to have a cosmovision about a God who exists as three people in one essence in a dynamic and profound relationship (pericorensis). When God created Adam, He also created us and gave us the human nature that we now live. But the human being is not just a creature; he is also a person that reveals the image of God in harmonious interpersonal relationships. Therefore, we shall meditate carefully on this attribute of God because our attitudes towards others will change when we come to understand the divine love for the human being.

¹⁵⁹ Pastor, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UDF; advogado e professor universitário; Pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil, pela Universidade Cândido Mendes-UCAM; Pós-graduado em Direito Eletrônico e Tecnologia da Informação-UNIGRAN; Pós-graduado em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário-UCAM, doutorando em Direito do Trabalho pela UBA e Bacharelado em Teologia pela Faculdade Teológica Reformada de Brasília-FTRB.

Key Words: Attributes; Trinity; Dignity; Person; Human.

Introdução

Ao se iniciar este artigo, teve-se a intenção de ter um maior entendimento acerca da dignidade da pessoa humana como um atributo comunicável da trindade. Ademais, a sociedade hodierna positivou suas leis com base no respeito mútuo e, principalmente, na dignidade da pessoa humana.

Assim como em qualquer investigação científica, ao longo da pesquisa foram surgindo alguns questionamentos. Por exemplo, o que é dignidade? Como surgiu? Qual a relação da dignidade da pessoa humana com a criação? Porque Deus transmitiu esse atributo ao homem pecador?

O método utilizado para este artigo foi o bibliográfico, em razão de que esse método precede o reconhecimento do problema ou do questionamento e funciona como delimitador do tema em estudo.

Tem-se, por certo, que perquirir acerca da dignidade da pessoa humana não é novidade na história da humanidade. Desde o princípio, as Escrituras trazem relatos do cuidado de Deus para com suas criaturas.

É inegável a contribuição do cristianismo na formação do arcabouço jurídico que regulamenta a vida em sociedade, como a declaração dos direitos humanos que reconhece a dignidade da pessoa humana como direito inalienável e o fundamento da liberdade, justiça e paz social.

Todavia, nesse artigo procura-se esclarecer o papel da trindade na criação do homem, atribuindo-lhe características que não podem ser encontradas em nenhum outro ser criado, em face de sua singularidade, pois o homem não é somente uma criatura, mas também um ser que pensa, fala, tem sentimentos e espiritualidade.

Dessa forma, esse artigo procurou trazer à baila a posição do homem como coroa da criação de Deus, apesar de sua imagem haver sido maculada na queda, e mesmo assim aprouve a Deus dotá-lo de dignidade, singularidade e respeito com um de seus atributos comunicáveis.

A cosmovisão social hodierna agrega apenas valores materiais à dignidade da pessoa humana, como propriedade, trabalho, vida, etc., equiparada a outras características

humanas, a dignidade se mostrará acima de qualquer outra característica porque foi comunicada ao homem pelo Criador.

Sabemos que Deus está no controle de tudo, pois de Gênesis a Apocalipse as Escrituras revelam que o Senhor reina. A autonomia existencial defendida por diversos sociólogos e antropólogos, afirmando que cada pessoa deve escolher sua maneira de ser e viver, com base na dignidade, reduzem o homem a um ser eminentemente material com o fim em si mesmo.

Todavia, esse artigo mostrará que como seres criados por Deus, que possuem a semelhança de seu criador, (homem e mulher) foram dotados de dignidade para que pudessem glorificar a Deus pela sua grandiosidade.

1. Teologia Trinitária

Wayne Grudem diz que a palavra *Trindade* não se encontra na Bíblia, embora a ideia representada pela palavra seja ensinada em muitos trechos. *Trindade* significa “tri-idade” ou “três-em-um”. É usada para resumir o ensinamento bíblico de que Deus é três pessoas, porém um só Deus (2008, p. 165).

Partindo dessa premissa, a maioria das pessoas que se diz cristã, não compreende a doutrina da trindade, a qual é uma das mais importantes da fé cristã, ou seja, sob a ótica das Escrituras, não possui uma cosmovisão trinitária capaz de fazê-los entender que tudo foi criado pelo Deus Triuno.

Philip Ryken diz que todos temos uma cosmovisão. É o conjunto de pressuposições que possuímos acerca da constituição básica do nosso mundo e do nosso lugar nele. Seja coerente ou confusa, seja consciente ou nunca contemplada, nossa cosmovisão determina como entendemos nós mesmos e os outros seres humanos, e qual o sistema de valores através do que agimos cada dia. Assim, a cosmovisão é a estrutura através do que compreendemos e avaliamos a nossa existência (2015, p. 12-13).

Entender a teologia trinitária é, sobretudo, ter uma cosmovisão acerca de um Deus que existe como *três pessoas em uma essência*, ou três pessoas de uma mesma natureza em relacionamento dinâmico e profundo (SPROUL, 2017, p. 94).

A doutrina da trindade, segundo R. C. Sproul, é paradoxal, mas não é contraditória. Dessa maneira, a fórmula Cristã para expressar a trindade – Deus é uma essência em três pessoas – pode parecer contraditória, porque estamos acostumados a ver um ser como uma pessoa. Não podemos conceber como um ser poderia ser contido em três

pessoas e, apesar disso, ser um único ser. Assim, a doutrina da Trindade nesta formulação é misteriosa; leva a mente a pensar num ser que é totalmente um em sua essência, mas três em pessoa (SPROUL, 2017, p. 95).

A existência de um Deus triuno está explícita em toda Escritura. A primeira coisa que nos impressiona quando examinamos Gênesis 1.26 é que o verbo principal está no plural: “Também disse Deus: façamos o homem”. Isso indica que na criação do homem a trindade estava presente.

A teologia Trinitária, de fato, distingue o cristianismo das outras religiões. Entre as religiões do mundo, a fé cristã é sem igual ao alegar que Deus é um, mas que, ao mesmo tempo, há três pessoas que são Deus (ERICKSON, 2012 p. 127).

Richard J. Sturz, com muita propriedade, diz que em todo o Novo Testamento, afirma-se o ensino do Antigo Testamento de que há um Senhor, criador e mantenedor do universo. Não seria razoável, diz o autor, iniciar a discussão apresentando uma pluralidade em Deus antes de afirmar que Deus é um, o que certamente abriria as portas ao politeísmo. E o “triteísmo” que é uma heresia subliminar muito comum entre os cristãos, e devemos nos precaver contra ela (2012, p. 175).

É inquestionável a teologia Trinitária na construção de todas as coisas e controle de tudo. Um texto tradicionalmente citado como um registro da Trindade é 1 João 5.7, isto é, segundo se encontra em versões mais antigas como a Edição Revista e Corrigida: “Porque três são os que testificam no céu: o Pai, a Palavra, e o Espírito Santo; e estes três são um”.

Pelo fato de as Escrituras atribuírem divindade às três pessoas, mas também afirmarem com ênfase a existência de um só Deus, os teólogos cristãos na igreja primitiva falaram do que se tornou o termo cristão Trindade. Algo repugnante a judeus e mulçumanos é preciosíssimo para os cristãos (JONES, 2019, P. 28).

Ademais, a forma plural do substantivo que designa o Deus de Israel, “*Elohim*”, é às vezes entendido como o indício da concepção trinitária. Trata-se de um nome genérico usado também para outros deuses. Quando usado em referência ao Deus de Israel, apresenta-se em geral, mas nem sempre, no plural. Alguns diriam que essa é uma indicação da natureza plural de Deus (ERICKSON, 2012 p. 131).

Millard J. Erickson demonstra que existem outras formas plurais que designam a Trindade Santa. Em Gênesis 1.26, Deus diz: “Façamos o homem à nossa imagem”. Aqui o plural aparece tanto no verbo “façamos” como no sufixo possessivo “nossa”. Quando Isaías foi chamado, ouviu o Senhor dizendo: “A quem enviarei, e quem irá por nós?” (Is 6.8). O que é significativo do ponto de vista da análise lógica é a mudança do singular para o plural. Nesse diapasão, o escritor de *Gênesis* 1.27, narrando a criação do homem, diz o seguinte: “Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. (2012, p. 132).

Na lição de Erickson, a imagem de Deus no homem (genérico) deve ser encontrada no fato de o homem ter sido criado macho e fêmea (i.e., plural). Isso significa que a imagem de Deus deve consistir em uma unidade em pluralidade, uma característica tanto do éctipo quanto do arquétipo. De acordo com *Gênesis* 2.24, homem e mulher devem se tornar um (*'echād*); exige-se uma união de duas entidades distintas. É significativo que a mesma palavra é usada para Deus no *Shema*: “O Senhor nosso Deus, é o único (*'echād*) SENHOR (Dt 6.4) (2012, p. 132).

2. O homem como uma pessoa criada

Na lição de Grudem, é preciso ponderar brevemente se é correto usar a palavra “*homem*” para referir-se a toda raça humana. Algumas pessoas hoje contestam veementemente o uso da palavra “homem” para representar a raça humana em geral (incluindo homens e mulheres), pois alegam que tal costume exclui as mulheres. Os que fazem essa objeção preferem que, para nos referir à raça humana, se use *exclusivamente* termos “neutros” como “humanidade”, “seres humanos” ou “pessoa”.

Concordamos com o que Grudem diz. Vejamos o posicionamento do jurista Sílvio de Salvo Venosa:

A personalidade jurídica é projeção da personalidade íntima, psíquica de cada um; é projeção social da personalidade psíquica, com consequências jurídicas. Dizia o Código Civil de 1916: “Art. 2º Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil.” O Código Civil de 2002, no seu art. 1º, em arroubo a favor das mulheres, substituiu o termo homem por pessoa. A modificação é apenas de forma e não altera o fundo. Nada impede, porém, que se continue a referir a Homem com o sentido de Humanidade, sem que se excluam, evidentemente, as pessoas do sexo

feminino. A personalidade, no campo jurídico, é a própria capacidade jurídica, a possibilidade de figurar nos polos da relação jurídica (2018, p. 198).

Apesar de todos os argumentos a favor e contra o uso da palavra “homem” para referir-se a raça humana, Grudem diz que continuará usando a palavra “homem” como indicador de raça humana por uma questão teológica. Em Gênesis 5.1-2, lemos: “No dia em que Deus criou o homem, à sua semelhança de Deus o fez. Homem e mulher os criou; e os abençoou, e os chamou pelo nome de homem, no dia em que foram criados (cf Gn 1.27). (2018, p. 361).

O termo hebraico traduzido como “Homem” é *’āḏām*, o mesmo usado para o nome Adão e às vezes para distinguir o homem da mulher (Gn 2.22,25; 3.12; Ec 7.28). Portanto, o costume de usar o mesmo termo para se referir aos seres humanos masculinos e à raça humana em geral é uma prática cuja origem remonta ao próprio Deus, e não devemos considerá-la passível de objeção ou desrespeitosa (2018, p. 362).

Não restam dúvidas de que a dignidade da pessoa humana é intrínseca aos atributos comunicáveis de Deus. Portanto, necessário se faz trazer à baila alguns aspectos da criação do homem, em razão dos questionamentos que perturbam a cultura contemporânea acerca de sua existência.

Anthony A. Hoekema (2018, p. 11) ensina que uma das perguntas mais importantes que o filósofo faz a si mesmo é esta: o que o homem é? Vários pensadores têm dado muitas respostas à pergunta “O que é o homem?”, cada uma delas com vastíssimas implicações para o pensamento e para a vida. Uma das pressuposições básicas da concepção do homem é a fé em Deus como criador, que conduz à compreensão de que a pessoa humana não existe autônoma ou independente, mas com uma criatura de Deus (HOEKEMA, 2018, p. 16)

Quando Deus criou Adão, ele nos criou também. Na natureza de Adão, ele produziu a natureza que agora vivemos. *Gênesis* 1 e 2 não é história de estranhos, mas de nós mesmos – com respeito à carne e ao sangue que levamos conosco, a natureza humana em que nos assentamos para ler a Palavra de Deus. Tratar da criação do homem significa falar de nós mesmos, da nossa origem, da nossa história através de nossos primeiros pais. É impossível fazer isso de forma indiferente (MAIA, 2007, p. 47).

Gênesis 1.26-27 diz que o ser humano foi criado à imagem de Deus para que dominasse sobre a terra e sobre os animais presentes nela e no céu. Portanto, ele era

o representante de Deus para reinar e estender o reino de Deus na terra. Parte-se do princípio de que a criação do homem encontra sua base e fundamento nas Escrituras (FERREIRA; MYATT, 2017, 402).

Na lição de Ferreira e Myatt, a imagem de Deus inclui o domínio sobre os animais e a natureza. Este domínio não é apenas uma capacidade (Gn 1.26), mas um imperativo (Gn 1.28). Por implicações, isso inclui também o desenvolvimento de uma cultura, como é evidente na história do homem (2017, p. 408).

Vejamos o que Fenelon diz:

Só conheço em toda a natureza dois tipos de seres: os que têm o conhecimento e os que não o têm. O homem reúne em si duas maneiras de ser: tem um corpo como os seres corporais mais inanimados; tem um espírito, isto é, um pensamento, pelo qual se conhece e se dá conta do que está ao seu redor. Se é verdade que há um primeiro ser que tenha tirado todos os astros do nada, o homem é verdadeiramente a sua imagem; pois reúne, como ele, em sua natureza, tudo o que há de perfeição real nessas duas maneiras de ser; mas a imagem não é senão uma imagem, só pode ser uma sombra do verdadeiro ser perfeito (2015, p. 590).

Cumprido esclarecer, que o homem, contudo, não é somente uma criatura; é também uma pessoa. Ser uma pessoa significa ter alguma forma de independência – não absoluta, mas relativa. Ser uma pessoa significa ser capaz de tomar decisões, de estabelecer objetivos e ser capaz de perseguir objetivos. Significa ser dotado de capacidade de escolhas (HOEKEMA, 2018, p. 17).

A dignidade da pessoa humana, por ser intrínseca aos atributos comunicáveis de Deus, em razão da sua livre agência, foi positivado pela sociedade no ordenamento jurídico pátrio quando diz que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. (BRASIL, Lei nº 10.406/2002, art. 1º).

3. O Ser Humano como Homem e Mulher

Grudem menciona (2018, p. 373) que a criação do ser humano como homem e mulher revela a imagem de Deus em relações interpessoais harmoniosas, igualdade em termos de personalidade, importância, diferenças de papéis e autoridade. Essa igualdade, reflete o cuidado do Estado quando o legislador constituinte, no art. 5º,

inciso I, da Carta Magna de 1988, estabelece a igualdade formal, dizendo que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

Grudem ensina que Deus não criou os seres humanos como pessoas isoladas. Ao nos fazer à sua imagem, criou-nos de tal forma que podemos alcançar unidade interpessoal de várias formas em todos os modos de sociedade humana. A unidade interpessoal pode ser especialmente profunda na família, e também na nossa família espiritual, a igreja. Entre o homem e a mulher, nesta era atual, a unidade interpessoal atinge a sua expressão mais plena no casamento, em que marido e mulher se tornam, em certo sentido, duas pessoas em uma. (2018, p. 373).

Sob o prisma da igualdade, não podemos perder de vista que assim como os membros da Trindade são iguais na sua importância e na sua plena existência como pessoas distintas, também homens e mulheres foram criados por Deus iguais na sua importância e na sua personalidade (GRUDEM, 2018, p. 375).

Em todos os atos e expressões do amor de Deus e de seu propósito para com o cosmos, especialmente para com homens e mulheres criados à sua imagem, cada pessoa da Trindade está envolvida. Isso fica especialmente claro em suas notáveis ações na criação e encarnação (FERGUSON, 2015, p. 234).

É inegável a finitude e pequenez do homem no que diz respeito à igualdade. O máximo que ele consegue é uma igualdade formal, que consiste em dar a todos idêntico tratamento, não importando a cor, a origem, a nacionalidade, o gênero ou a sua situação financeira. Historicamente foi a única aceção de igualdade adotada pelo poder público no Brasil, ou seja, todas as pessoas seriam tratadas com absoluta igualdade (MARTINS, 2017, p. 826).

Nesta esteira, não restam dúvidas de que Deus não faz aceção de pessoas (Rm 2.11), pois o homem e a mulher foram feitos igualmente à *imagem de Deus*, e tanto homens como mulheres refletem o caráter divino. Isso significa que devemos enxergar os aspectos do caráter de Deus uns nos outros (GRUDEM, 2018, p. 375).

Ademais, se somos igualmente à imagem de Deus, então certamente homens e mulheres são igualmente importantes para Deus e igualmente valiosos para ele. Temos igual valor perante ele por toda a eternidade. O fato de as Escrituras dizerem que homens e mulheres são “à imagem de Deus” deve excluir todo sentimento de orgulho ou inferioridade, e qualquer ideia de que um sexo é “melhor” ou “pior” do que o outro. Em especial, ao contrário de muitas culturas e religiões não cristãs, ninguém deve se sentir orgulhoso ou superior por ser homem, e pessoa nenhuma

deve se sentir frustrada ou inferior por ser mulher. Se Deus nos considera iguais em termos de valor, então isso resolve a questão, pois a avaliação de Deus é o verdadeiro parâmetro de valor pessoal por toda a eternidade (GRUDEM, 2018, p. 376).

4. O homem criado à imagem e semelhança da Trindade

O homem é a coroa da arte criativa de Deus. Começando com um incipiente “céus e terra”, a narrativa prossegue e passa ordenação da terra para os diversos gêneros viventes – de plantas, vida aquática, aves, animais – e, finalmente, da humanidade, homem e mulher. A linguagem vai desde o que é inanimado, passando pela vida vegetal e, depois, por formas de pessoas comuns, direta e clara – não “não científica”, mas pré-científica” e não técnica (CULVER, 2012, p. 320).

O profeta Neemias no capítulo 9, nos versículos de 1 a 6, mostra que Deus é grande e digno de ser louvado, quando diz: “Só tu és Senhor; tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto neles há, e tu os guardas com vida a todos; e o exército dos céus te adora.”

Para Anthony Hoekema, as Escrituras revelam claramente que todas as coisas e todos os seres criados são totalmente dependentes de Deus. Na afirmação de que Deus preserva todas as suas criaturas, incluindo os seres humanos, está implícito que eles são dependentes dele para a continuação da sua existência (2018, p. 16).

Herman Bavinck diz o seguinte:

[...] Desde o início, o céu e a terra são distintos. Tudo foi criado com uma natureza própria e repousa em ordenanças estabelecidas por Deus. Sol, lua e estrelas têm sua própria missão exclusiva; plantas, animais e seres humanos são distintos por natureza. Há a mais profusa diversidade e, apesar disso, nessa diversidade, há também um tipo superlativo de unidade. O fundamento tanto de diversidade quanto de unidade está em Deus. Foi ele que criou todas as coisas de acordo com sua sabedoria insondável, que continuamente as sustenta em suas naturezas distintas, que as dirige e governa, mantendo-as com suas energias e leis naturais e que, como o bem supremo e objetivo máximo de todas as coisas, é buscado e desejado por todas as coisas segundo sua medida e modo (2012, p. 445).

Hoekema diz algo interessante quando faz referência ao discurso do apóstolo Paulo aos atenienses. Paulo afirma que Deus “é quem a todos dá a vida, respiração e tudo mais” e que “nele vivemos, nos movemos, e existimos” (At 17.25,28). Segundo

entendimento do referido autor, Paulo está dizendo que devemos nossa respiração a Deus; que existimos somente nele; em cada movimento que fazemos estamos na dependência dele (2018, p. 16).

É importante esclarecer que Deus não precisava ter criado o homem ou qualquer outra coisa. Todavia, aprouve a ele criar o homem “a sua imagem e semelhança” dotando-o de dignidade. Tudo isso ele fez para o louvor da sua glória. Como diz Grudem, “isso garante que nossa vida é significativa” (2008, p. 362).

Essa importância que temos aos olhos da Trindade, revela que não somos apenas criaturas, mas também pessoas, que são capazes de tomar decisões, estabelecer objetivos e segui-los. Significa possuir liberdade, ainda que relativa, no sentido de agir livremente.

O ser humano não é um robô, cuja conduta é totalmente determinada por forças exteriores a ele; ele tem o poder de autodeterminação e de autodireção. Ser uma pessoa significa, para usar a expressão pitoresca de Leonard Verduin, ser uma “criatura de opção” (HOEKEMA, 2018, p. 17).

Ao criar o homem a sua imagem e semelhança, a trindade atribuiu ao ser humano o que chamamos de dignidade, compreendida como valor intrínseco inerente da pessoa humana. Intrínseco, pois parte da consciência ao universo, e inerente por ser de sua natureza, algo correlato, conexo, advindo de sua biologia racional, ou seja, recebida do seu criador.

Neste caso, diz Hoekema, a melhor maneira de aprender o que significa a imagem de Deus não é comparar o ser humano aos animais, mas olhar para Jesus, que deve estar no centro da imagem de Deus. Não são características como a capacidades de raciocinar ou a capacidade de tomar decisões (independentemente da importância que tais capacidades tenham para a operação própria da imagem de Deus) mas, em vez delas, aquilo que era fundamental na vida de Cristo: amor a Deus e ao ser humano (2018, p. 35).

Ao transferir para o homem seus atributos comunicáveis, Deus deu ao ser humano (home e mulher) a possibilidade de adquirir direitos, os quais são inerentes de sua natureza em face da gama complexa de culturas desenvolvidas por fenômenos fáticos, perceptível ao seu universo pretérito, percebeu a necessidade de convivência pacífica entre seus semelhantes, por haver além destas, suas diferenças – condicionou pra si a conscientização coletiva de que cada homem tem sua versão verossímil da trindade (GUINDANI, 2015, p. 113).

5. A dignidade da pessoa humana

Para que se possa ter uma ideia do que seja dignidade da pessoa humana, necessário se faz trazer à baila o que diz o texto constitucional pátrio. O artigo 1º da Carta Magna diz que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, a dignidade da pessoa humana (BRASIL, CF/88, art. 1º).

Isso ainda não é suficiente para que se possa saber o que é dignidade da pessoa humana. Todavia, o dicionário Aurélio nos diz o que é dignidade. Dignidade é qualidade moral que infunde respeito; consciência o próprio valor; honra, autoridade, nobreza.

Para Rizzatto Nunes, dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica. A dignidade é o primeiro fundamento de todo o sistema constitucional posto e o último arcabouço da guarda dos direitos individuais. Contudo, importa refletir que ao se buscar o conceito de dignidade humana, tem-se por objetivo perscrutar a sua origem, e se o homem é naturalmente bom ou mal (2009, p.47-48).

Ao longo da existência humana, o mundo foi o palco de diversas atrocidades praticadas pelo homem na busca de poder. Não se pode esquecer que em nome do bem maior, pessoas de várias classes e estamentos, foram queimados em fogueiras. Tudo isso em prol da existência de uma única religião. Em nome da cor da pele ou por qualquer outro motivo, o mesmo: mais atrocidades. (NUNES, 2009, p. 49).

Ora, para se definir dignidade é preciso levar em conta todas as violações que foram praticadas. Então, se extrai dessa experiência histórica o fato de que a dignidade nasce com o indivíduo. O ser humano é digno porque é.

Nunes *apud* Chaves Camargo diz que:

Toda “pessoa humana, pela condição natural de ser, com sua inteligência e possibilidade de exercício de sua liberdade, se destaca na natureza e se diferencia do ser irracional. Estas características expressam um valor e fazem do homem não mais um mero existir, pois este domínio sobre a própria vida, sua superação é a raiz da dignidade humana. Assim, toda pessoa humana, pelo simples fato de existir,

independentemente de sua situação social, traz na sua superioridade racional a dignidade de todo ser. Não admite discriminação, quer em razão do nascimento, da raça, inteligência, saúde mental, ou crença religiosa” (2009, p. 52).

Na cosmovisão não cristã, dignidade da pessoa humana apresenta uma perspectiva distinta da teologia trinitária. Percebe-se, então, que o termo dignidade aponta para, pelo menos, dois aspectos análogos mas distintos: aquele que é inerente à pessoa, pelo simples fato de ser, nascer pessoa humana; e outro dirigido à vida das pessoas, à possibilidade e ao direito que têm as pessoas de viver uma vida digna.

Essa posição é confirmada pelo professor Rizzato Nunes, quando ele diz que:

[...] toda pessoa tem dignidade garantida pela Constituição, independentemente de sua posição e conduta social. Até um criminoso incontestemente tem dignidade a ser preservada. Ou, como diz Ingo Wolfgang Sarlet: “todos – mesmo o maior dos criminosos – são iguais em dignidade, no sentido de serem reconhecidos como pessoas – ainda que não se portem de forma igualmente digna nas suas relações com seus semelhantes, inclusive consigo mesmas” (2009, p. 53).

Mais uma vez o autor limita a dignidade da pessoa humana ao campo social e ao positivismo jurídico, como se o direito fosse a mola mestra e a régua para que toda pessoa, enquanto ser humano, se conformasse aos ditames sociais.

Para Nunes, o dever social constrange o operador do direito no sentido de gerir sua atuação social pautado no princípio fundamental estampado no Texto Constitucional brasileiro. Aliás, é um verdadeiro supraprincípio constitucional, diz o autor, que ilumina todos os demais princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais. E por isso não pode o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana ser desconsiderado em nenhum ato de interpretação, aplicação ou criação de normas jurídicas (2009, p. 54).

Toda pessoa humana, pela condição natural de ser, com sua inteligência e possibilidade de exercício de sua liberdade, se destaca na natureza e se diferencia do ser irracional. Estas características expressam um valor e fazem do homem não mais um mero existir, pois este domínio sobre a própria vida, sua superação é a raiz da dignidade humana (NUNES, 2009, p. 52).

Essa afirmação nos remete a um Deus triuno, supremo e criador de todas as coisas. Essa é a cosmovisão cristã. Quando se fala em dignidade da pessoa humana, deve-se lembrar de que uma das pressuposições básicas da concepção cristã do homem é a fé em Deus como criador, que conduz à compreensão de que a pessoa humana não

existe autônoma ou independente, mas como uma criatura de Deus, criado à sua imagem e semelhança (HOEKEMA, 2018, p. 16).

6. A Dignidade da pessoa humana como Atributo comunicável da Trindade

De acordo com o dicionário Aurélio, “atributo” diz respeito ao que é próprio e peculiar a alguém ou a alguma coisa. Em outras palavras, podemos dizer que “atributo” equivale às características de alguém ou algo. Falar dos atributos de Deus, equivale discutir as características de Deus. Como diz Culver, Deus não se define.

[...] a ciência gosta de usar a palavra “propriedade” para descrever aspectos distintivos na aparência ou modo de agir das coisas. O *gosto amargo*, por exemplo, é uma propriedade da cereja silvestre; a ebulição a 100 °C é uma propriedade da água. Na teologia, “atributo” é uma palavra melhor para indicar o que um objeto de pensamento é, bem como o que ele faz ou quais são os seus efeitos (2012, p. 99).

Culver lembra que a Bíblia diz de mil maneiras diferentes que Deus é gracioso, irado, verdadeiro, fiel, misericordioso, justo e assim por diante. Segundo o referido autor, qualquer leitor da Bíblia não pensa em organizar e classificar essas declarações. Porém, quando analisamos a Bíblia de Gênesis a Apocalipse, se formos listar essas declarações sem organizá-las de algum modo sistemático, verá que é impossível transmitir essas informações de modo compreensível a outra pessoa, ou entendê-las como entendemos todo conhecimento organizado (2012, p. 99).

Nesse diapasão, quando falamos sobre o caráter de Deus, percebemos que não podemos dizer ao mesmo tempo tudo o que a Bíblia nos ensina sobre o caráter dele. [...] Em outras palavras, precisamos de algum modo decidir que aspecto do caráter de Deus discutiremos primeiro, que aspecto discutiremos em segundo lugar e assim por diante (GRUDEN, 2008, p. 105).

Não se pretende esgotar o assunto acerca do caráter de Deus, nesse pequeno ensaio, nem tampouco pormenorizar cada aspecto dos atributos comunicáveis da Trindade. No entanto, é preciso deixar claro que a teologia sistemática, para fins didáticos, classifica os atributos de Deus como atributos incomunicáveis e atributos comunicáveis. Ou seja, existem atributos que Deus, em sua grandiosidade e graciosidade, compartilhou com o homem, enquanto existem outros atributos que são inerentes à Trindade, portanto, incomunicáveis.

Nessa esteira, Gruden diz que os atributos comunicáveis de Deus são talvez os mais fáceis de compreender equivocadamente, talvez porque representam aspectos do caráter divino menos familiares à nossa experiência, como, por exemplo, a imutabilidade, a infinitude, a unidade, a onisciência, a onipresença, etc. (2008, p. 109).

Dessa forma, necessário se faz trazer à baila os atributos comunicáveis da Trindade, ainda que superficialmente, para que se entenda que a dignidade da pessoa humana, ainda que sob a ótica da cosmovisão secular, é um valor intrínseco da pessoa humana, inerente à sua natureza, advindo de sua biologia racional, mas transmitido por Deus no instante de sua criação (GUINDANI, 2015, p. 11).

Esse valor intrínseco da pessoa humana, que faz parte de sua biologia racional, não poderia vir de outro lugar, senão do próprio Deus. Ao criar o homem, Deus compartilha seus atributos comunicáveis, pelo menos em certa medida, os quais foram impressos na criação da humanidade, e por isso o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus (BAVINCK, 2012, p. 216).

Não será possível neste artigo discorrer acerca de todos os atributos comunicáveis da Trindade, como a natureza espiritual de Deus, os atributos intelectuais, os atributos morais, os atributos da soberania, perfeição, bem-aventurança e glória. No entanto, acredita-se que a dignidade da pessoa humana está inserida nos atributos morais de Deus, especificamente no amor. Dizer que Deus tem amor como atributo é dizer que ele se doa eternamente aos outros (GRUDEN, 2008, p. 145).

Nessa perspectiva, Gruden diz que essa definição interpreta o amor como uma doação de si mesmo em benefício dos outros. Esse atributo de Deus mostra que faz parte de sua natureza doar-se, a fim de distribuir bênçãos ou bem aos outros (2008, p. 145).

Bavinck diz o seguinte:

[...] a bondade de Deus aparece como amor, quando não somente comunica certos benefícios, mas o próprio Deus. No Antigo Testamento, referências a esse amor como um atributo de Deus ainda são relativamente raras, mas não estão totalmente ausentes. Além disso, na eleição de Deus, em sua aliança e em todo o seu relacionamento com Israel – que é como o relacionamento de um esposo com sua esposa, de um pai com o seu filho, de uma mãe com seu bebê – esse amor é tratado de maneira concreta e gráfica. Os elementos desse amor não são apenas virtudes e atributos, como justiça e retidão, mas também pessoas (2012, p. 221).

Por mais caído que seja o homem, seu caráter moral o constrange a compartilhar com o seu semelhante aquilo que Deus lhe concede por meio da graça comum. O respeito ao próximo demonstra a existência de dignidade e amor ao seu semelhante. O labor diário torna o homem digno de seu salário.

Valter Rodrigues *apud* Oliroval Junior, diz o seguinte sobre o amor de Deus:

[...] Muitas características do Deus único e verdadeiro, especialmente seus atributos morais, têm certa similitude com as qualidades humanas; sendo, porém, evidente que todos os seus atributos existem em grau infinitamente superior aos humanos. Por exemplo, embora Deus e o ser humano possuam a capacidade de amar, nenhum ser humano é capaz de amar com o mesmo grau de intensidade como Deus ama. Além disso, devemos ressaltar que a capacidade humana de ter essas características vem do fato de termos a sua semelhança, mas Ele não tem a nossa; Ele não é como nós. (2016, p. 55).

Como ensina Heber Carlos de Campos, João descreve Deus como sendo amor. Amor é a essência de Deus “pois Deus é Amor” (1Jo 4.8). Perceba que o não diz que o amor é Deus, mas que Deus é amor. Isso revela a presença de Deus no homem regenerado, fazendo com que o amor seja aperfeiçoado entre nós por meio de Cristo Jesus nosso Senhor. Se o amor é essencial em Deus, ele não pode existir sem amor. Ele não precisa necessariamente manifestar seu amor aos homens, mas na sua essência ele é amor.

Os seres humanos possuem amor porque eles o receberam de Deus, mas o amor não é parte da essência deles, porque muitos vivem sem amor e não possuem amor para dar. O amor que os seres humanos possuem é derivado, mas o de Deus é original, pertence à sua essência (2003, p. 263).

Devemos meditar com cuidado sobre esse atributo de Deus, porque nossa atitude em relação aos outros mudará quando passarmos a compreender o amor divino por nós. Em outras palavras, se Deus e Cristo podem fixar o coração sobre pecadores merecedores do inferno, que por natureza odeiam a Deus, como então poderemos ter uma atitude diferente da de Deus em relação às mesmas pessoas? (JONES, 2019, p. 156).

Diante disso, pode-se dizer que quando respeitamos o nosso semelhante, independentemente da etnia ou condição social, estamos demonstrando o amor de Deus e reconhecendo a dignidade comunicada por Deus na criação do homem. O apóstolo Paulo escrevendo aos filipenses diz o seguinte: “Nada façais por contenda

ou por vanglória, mas por humildade; cada um considere os outros superiores a si mesmo. Não atente cada um para o que é propriamente seu, mas cada qual também para o que é dos outros. De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus [...]” (Fp 2.3-5).

Não é por demais lembrar, que na lei mosaica, dentre os mandamentos escritos pelo próprio Deus, o décimo mandamento deixa claro o respeito e o amor que se deve ter com o ser humano, reconhecendo sua dignidade. “Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.”(Ex 20.17).

A raiz da palavra “dignidade” vem de *dignus*, que ressalta aquilo que possui honra ou importância. Com São Tomás de Aquino, há o reconhecimento da *dignidade humana*, qualidade inerente a todos os seres humanos, que nos separa dos demais seres e objetos. São Tomás de Aquino defende o conceito de que a pessoa é uma substância individual de natureza racional, centro da criação pelo fato ser imagem e semelhança de Deus. Logo, o intelecto e a semelhança com Deus geram a dignidade que é inerente ao homem, como espécie (RAMOS, 2017, p. 96).

Entender esse assunto é reconhecer a soberania do Deus Triuno sobre toda criação. É entender que a dignidade da pessoa humana, positivada no ordenamento jurídico nacional, tem sua origem na imagem de Deus quando criou o homem.

Gruden diz algo interessante:

Seria ótimo para nós para refletir com mais frequência em nossa semelhança com Deus. Nós provavelmente ficaríamos surpresos ao perceber que quando o Criador do universo queria criar algo “à sua semelhança”, algo mais parecido com ele do que o resto de toda a criação, nos criou. A realização deste dá-nos um profundo senso de dignidade e importância de refletir sobre a excelência do resto da criação: o universo estrelado, terra abundante, o mundo das plantas e dos animais e o reino angélico são notáveis, mesmo magníficos. Mas nós somos mais parecidos com o nosso Criador que qualquer dessas coisas. Nós somos o ponto culminante dessa obra de Deus infinitamente sábio e belo que é a criação. Apesar de ter o pecado maculado profundamente essa semelhança, refletimos ainda hoje boa parte dela e cada vez mais o faremos à medida que crescemos na semelhança de Cristo (2008, p. 370-371).

Não é por demais lembrar que mesmo caído, o homem reflete a imagem de Deus. Desrespeitar o homem, equivale desrespeitar o próprio Deus. Portanto, o ser humano precisa ser tratado com a dignidade e o respeito devidos ao portador da

imagem divina. Isso traz profundas implicações para a nossa conduta diante dos outros. Significa que todas as etnias merecem igual dignidade e direitos. Significa que os idosos, os gravemente doentes, os deficientes, as crianças, incluindo os nascituros – todos merecem plena proteção e respeito como seres humanos (GRUDEN, 2008, p. 371).

Conclusão

Concluindo, ficou claro que o homem, ao ser criado por Deus, foi dotado de dignidade como meio de revelar a imagem de seu Criador, apesar da queda. Dentre os atributos comunicáveis de Deus, ele pode comunicar sua dignidade ao homem por meio do cordeiro que foi morto antes da fundação do mundo (Ap 13.8b).

Como possuidor de direitos, em face da gama complexa de culturas que se desenvolveu em torno das civilizações, percebeu-se que o homem, para viver em sociedade, necessitava de respeito e proteção, principalmente pela diversidade entre os seres humanos.

Tanto é verdade, que a lei mosaica apregoa solidariedade e preocupação com o bem-estar dos hebreus após a saída do Egito. Podemos trazer à baila diversas perícopes no Antigo Testamento que retratam o respeito que se deve ter com todos, em especial ao vulnerável: “ Não afligirás o forasteiro, nem o oprimirás; pois forasteiros fostes na terra do Egito. A nenhuma viúva nem órfão afligireis. Se de algum modo os afligirdes, e eles clamarem a mim, eu lhes ouvirei o clamor; a minha ira se acenderá, e vos matarei à espada; vossas mulheres ficarão viúvas, e vossos filhos, órfãos. Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como credor que impõe juros. Se do teu próximo tomares em penhor a sua veste, lha restituirás antes do pôr do sol (Ex 20.22-26). Essa é apenas um exemplo do cuidado que Deus tem com seu povo.

Se o homem tem dignidade, quem lhe transmitiu? Se o homem merece respeito, qual o parâmetro para esse respeito? Quando fazemos a leitura de Gênesis 1.26-27, entende-se porque o homem tem dignidade: Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.

De certo que conceituar dignidade da pessoa humana é impossível, assim como é impossível conceituar Deus. Todavia, quando se entende que a dignidade da pessoa humana é uma característica de Deus, transmitida ao homem no instante de sua criação, compreende-se que todos merecem proteção e respeito. Logo, se ignorarmos isso, e depreciarmos o valor da vida humana, estamos ignorando a existência de um Deus Triuno criador do céu e da Terra.

Não existe, ao menos explicitamente, dentro da classificação doutrinária teológica, a dignidade da pessoa humana como atributo de Deus. Todavia, é inquestionável que ela faz parte dos atributos morais da Trindade, que pode ser visivelmente identificada no amor que Deus revela ao homem, ao enviar seu único filho para derramar seu sangue em benefício de muitos.

Isso nos leva à leitura do Evangelho de Mateus 19.19. Ao responder ao jovem, o Senhor Jesus menciona alguns mandamentos e acrescenta “amarás o teu próximo com a ti mesmo”. Certamente ao dizer que deveríamos amar o próximo como a nós mesmos, o Senhor Jesus estava confirmando que o ser humano é digno de ser respeitado em todos os aspectos da vida.

Finalmente, é inegável a contribuição do cristianismo na construção de normas que dignificam o homem, fazendo com que ele seja tratado com equidade pelo Estado e seja objeto de cuidado e atenção. Isso reforça a tese de que a dignidade do homem é originária do Seu criador, que com amor infundo tem cuidado do homem como criatura e como pessoa.

Referências

BAVINCK, Herman. *Dogmática reformada. Deus e a criação*. Vol. 2. Traduzido por Vagner Barbosa. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BRASIL. Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CAMPOS, Heber Carlos de. *O ser de Deus e seus atributos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

CULVER, Robert Duncan. *Teologia sistemática: bíblica e histórica*. Tradução de Valdemar Kroker. Ed. Atual. São Paulo: Shedd, 2012.

ERICKSON, Millard. *Introdução à teologia sistemática*. Traduzido por Lucy Ymakami. São Paulo: Vida Nova, 2012.

FÊNELON. *Tratado da existência e dos atributos de Deus: Provas da existência de Deus* (Salus Livro 2) . Roberto Leal Ferreira. Edição do Kindle, 2015.

FERGUSON, Sinclair B. *A devoção trinitária de John Owen*. Tradução de Elizabeth Gomes – São José dos Campos, SP : Fiel, 2015.

FERREIRA, Franklin e MYATT, Alan. *Teologia sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2017.

GUINDANI, Gilson Ferreira. *O princípio da dignidade da pessoa humana: sugestão antropológica e casos específicos*. Brasília: Juspodium, 2015.

GRUDEN, Wayne. *Teologia sistemática*. São Paulo: Nova Vida, 2008.

HOEKEMA, Anthony A. *Criados à imagem de Deus*. Traduzido por Heber Carlos Campos. 3ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2018.

JONES, Mark. *Deus é: um guia devocional dos atributos de Deus*. Traduzido por Josias Carlos Ribeiro Júnior. Brasília-DF, Monergismo, 2019.

MAIA, Hermisten. *Fundamentos da teologia reformada*. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

MARTINS, Flávio. *Curso de direito constitucional*. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

NUNES, Rizzatto. *Princípio da dignidade da pessoa humana*. 2ª ed. rev. amp. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RODRIGUES, Valter Aparecido. *Atributos de Deus*. Edição do Kindle, 2016.

RYKEN, Philip. *Cosmovisão cristã*. Traduzido por Cláudia Vassão Ruggiero. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

SPROUL, R. C. *Somos todos teólogos: uma introdução à teologia sistemática*. Traduzido por Francisco Wellington Ferreira. São José dos Campos-SP: Fiel, 2017.

STURZ, Richard J. Teologia sistemática. Tradução Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 2012.

VANHOOZER, Kevin J. *Teologia primeira: Deus, Escritura e hermenêutica*. Tradução de Regina Aranha e Rogéri Portella. São Paulo: Shedd Publicações, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Vol. 1 – Parte Geral. 18^a ed. São Paulo : Atlas, 2018.